

**AO PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, DO  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2026**

*Impugnação ao Edital*

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. (doravante denominada PESA)**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.527.951/0001-85, com sede à Rodovia BR-116, nº 11807 (Km 100) – Hauer – Curitiba/PR, neste ato representada na forma de seu contrato social, por intermédio de sua procuradora Adriana Yukie Inoue Bizzotto, OAB/PR nº 53.287 (procuração anexa) vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 5º, XXXIV, “a” da Constituição da República e nos itens 13 e seguintes do Edital em epígrafe, diante de ilegalidades/irregularidades detectadas, apresentar a devida **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em razão de inconsistências e imprecisões técnicas constantes do Anexo I, que acarretam restrição indevida à competitividade, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**1. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DESTE PEDIDO**

**1.1 Do cabimento da impugnação**

O certame licitatório em epígrafe possui como objeto a “01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA NOVA, sobre rodas, movida a combustível diesel, destinada ao atendimento das demandas do Município de União da Vitória, através do Programa Estradas da Integração, conforme Termo de Convênio nº 525/2025”, nos termos do item 1 do edital.

Todavia, a análise técnica minuciosa do instrumento convocatório revela a existência de exigências técnicas imprecisas e desproporcionais, que demandam correção prévia ao prosseguimento do certame, sob pena de comprometimento da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Nesse sentido, registre-se que a Constituição da República, em seu artigo 5º, XXXIV, “a”, assegura o direito de petição ao Poder Público:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. (grifou-se)

Ademais, o próprio Edital, com fundamento no que prevê o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, em seu item 13.1, disciplinou a possibilidade de impugnação de suas disposições.<sup>1</sup> Perfeitamente cabível, portanto, a presente Impugnação ao Edital.

## 1.2 Da tempestividade do pedido

Naquilo que diz respeito à tempestividade da presente impugnação, o Edital em seu item 13.1, disciplina de forma expressa que, em até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Instrumento Convocatório.

Assim, estando a data de abertura prevista para o dia 25/02/2026 (quarta-feira), a data final para a apresentação do presente petitório é o dia 20/02/2026 (sexta-feira), o que o torna perfeitamente tempestivo.

Para todos os efeitos, frise-se o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU acerca da limitação de horário para envio de impugnações:

**Em licitação eletrônica, é irregular, por configurar excesso de formalismo, a limitação do prazo de impugnação do edital ao horário de funcionamento da entidade promotora do certame,** vez que a *impugnação* pode ser feita de maneira remota, pela *internet*, não exige funcionários da entidade de prontidão para o seu recebimento e não interfere no horário de início da análise de *impugnação*, **não havendo razão para que não seja aceita até às 23h59min da data limite.**

Acórdão 969/2022-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS (grifou-se)

Perfeitamente tempestiva, nos termos legais, portanto, a presente impugnação.

## 1.3 Da existência de irregularidades no Edital que demandam saneamento

Registre-se que é através do instrumento convocatório que a Administração Pública define o objeto da licitação, fixa os parâmetros de julgamento e torna previsíveis os critérios a serem avaliados no curso do processo licitatório.

<sup>1</sup>“13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

Em outras palavras, cumpre ao Edital definir os direitos e deveres da Administração e dos possíveis contratantes, conferindo estabilidade e segurança jurídica ao certame, pelo que “[a] Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).

Assim, depois de publicado o instrumento convocatório e transposto o prazo de impugnações e esclarecimentos, não se admitem – salvo previsão expressa da Lei – quaisquer alterações unilaterais e/ou supressões aos termos antes afixados. O edital impõe, de forma vinculante, os provimentos a serem concretizados pela Administração Pública e pelos particulares.

É nesse sentido, portanto, o posicionamento do E. Superior Tribunal de Justiça:

O ‘Edital’ no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, e norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o ‘objeto da licitação’, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.<sup>2</sup>

Assim, eventuais falhas, imprecisões ou exigências excessivas devem ser sanadas antes da abertura da sessão, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da segurança jurídica.

Esclarece-se, desde já, que tal pedido não deve ser entendido como uma crítica negativa ao ato convocatório, mas sim e unicamente como uma oportunidade para a Administração Pública aperfeiçoar esse instrumento e seus anexos, conferindo segurança jurídica, razoabilidade e competição sadia ao certame que se levará a cabo, bem como, para que, mediante essa colaboração, seja possível o suprimento de ilegalidades, como é o caso.

Dessa forma, e por constituir medida de rigor à adaptação do presente Edital, principalmente ante a necessária demonstração de boa-fé das empresas participantes, para adequação de exigência editalícia, visando maximizar a participação de fornecedores no certame, vem a Requerente, tempestivamente, propor o que se segue.

## **2. DAS CONDIÇÕES RESTRITIVAS À AMPLA COMPETITIVIDADE DO CERTAME**

### **2.1. Das Especificações Técnicas**

<sup>2</sup> STJ, MS 5.418/DF - 1ª S., Min. Demócrito Reinaldo, DJ, 01.6.1998, p. 24.

O Anexo 1 do Edital estabelece, para o Item 01 – Pá Carregadeira sobre Rodas, as seguintes características mínimas do equipamento:

“PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, última série, nova, zero hora, com fabricação no ano da contratação ou posterior, equipada com motor diesel de potência líquida mínima de 130 HP, atendendo às normas ambientais CONAMA/PROCONVE MAR-I (equivalente ao Tier III ou superior); peso operacional entre 11.500 kg e 13.000 kg; tração 4x4; transmissão com no mínimo 4 marchas à frente e 3 à ré, dotada de conversor de torque, com desengate da transmissão pelo pedal de freio (“the clutch”), do tipo PowerShift ou Hidrostática; sistema hidráulico com bomba de pistões axiais de fluxo variável; articulação mínima de 38° para cada lado; caçamba com capacidade mínima de 2,1 m³, com borda cortante e dentes aparafusados, equipada com 2 (dois) cilindros de elevação e 1 (um) cilindro de tombamento; força mínima de desagregação de 11.800 kgf; carga operacional mínima de 4.200 kg; sistema elétrico de 24 V; direção hidráulica tipo orbitrol; articulação central; pneus dianteiros e traseiros 20.5x25, classificação E3/L3, com no mínimo 16 lonas; cabine fechada, pressurizada, com ar-condicionado de fábrica, certificações ROPS/FOPS, nível de ruído conforme ISO 6396/2008, e altura máxima até o topo da cabine de 3.300 mm; tanque de combustível com capacidade mínima de 175 litros; garantia mínima de 12 (doze) meses ou 1.000 (mil) horas, abrangendo defeitos de fabricação, com atendimento por assistência técnica autorizada pelo fabricante, sendo a contratada responsável por quaisquer danos, avarias ou despesas até a entrega definitiva do equipamento ao Município.”

Ou seja:

Força de desagregação mínima: 11.800 kg

Carga operacional mínima: 4.200 kg

Ocorre que, com o máximo respeito, a definição de especificações técnicas em licitações não se insere no âmbito de discricionariedade absoluta da Administração, devendo observar critérios objetivos de necessidade, adequação, proporcionalidade técnica e vinculação ao desempenho funcional esperado, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

Ocorre que a exigência de força de desagregação mínima de 11.800 kg, da forma como estabelecida, não vem acompanhada de qualquer justificativa técnica formal que demonstre sua indispensabilidade para a finalidade pública pretendida.

Em casos análogos, é o posicionamento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU:

**Especificações com potencial de restringir o caráter competitivo da licitação devem ser adequadamente fundamentadas, com base em estudos técnicos que indiquem a sua essencialidade para atender as necessidades do órgão ou da entidade contratante.**

Acórdão 1973/2020-Plenário; Data da sessão: 29/07/2020; Relator: WEDER DE OLIVEIRA (grifou-se)

Portanto, nota-se que a fixação de parâmetros excessivamente restritivos, sem a devida justificativa técnica, tem o condão de limitar a competitividade do certame, criando condições que, na prática, podem favorecer determinado modelo em detrimento de outros. Tal cenário contraria os princípios da isonomia e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de ensejar risco de direcionamento da licitação.

Cumpramos ressaltar que no mercado há uma ampla variedade de marcas e modelos que, em razão de processos produtivos distintos, apresentam força de dessegregação e carga operacional similares, sem que isso comprometa a funcionalidade, o desempenho ou a durabilidade do equipamento. Pequenas diferenças, não afetam a eficiência da máquina, refletindo apenas distintas soluções tecnológicas adotadas pelos fabricantes.

Equipamentos amplamente difundidos no mercado, inclusive como as marcas SEM/CATERPILLAR, apresentam força de desagregação inferior – por exemplo, 9.630 kg – mantendo, contudo, desempenho operacional plenamente compatível com atividades típicas de carregamento e movimentação de materiais.

Outro ponto de extrema relevância reside na exigência de carga operacional mínima de 4.200 kg. Novamente, o edital exigindo especificações, sem apresentar as justificativas necessárias e os parâmetros que se referem.

Ressalte-se que as marcas anteriormente mencionadas, possuem carga operacional mínima de 4.326 kg em configuração reta e 3.750 kg em configuração articulada, diferenças estas ínfimas e que, na prática, não comprometem nem alteram a capacidade operacional do equipamento.

Assim, a manutenção dessa exigência, nos termos em que foi redigida, revela-se desproporcional e restritiva, carecendo de fundamentação técnica adequada.

Nessa linha, Marçal Justen Filho define que a “licitação é um procedimento administrativo (...), **que determina critérios objetivos** visando a seleção da proposta de

contratação mais vantajosa (...)”<sup>3</sup> de forma que o “**edital deve ser claro e explícito acerca de todas as exigências necessárias.**”<sup>4</sup>

Portanto, a ausência de fundamentação para exigir tal especificação excessivamente restritiva, afronta aos princípios da razoabilidade e da competitividade.

Desta feita, portanto, imprescindível a adequação do descritivo de especificações técnicas mínimas do item, conforme entendimentos jurisprudenciais acima citados, cabendo reforma do Edital.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente impugnação tem por único objetivo assegurar a conformidade do instrumento convocatório com o regime jurídico das contratações públicas, preservando a ampla competitividade, a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

A hipótese de *restrição à competitividade* não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame.

Acórdão 2066/2016-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame **devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.**

Acórdão 2441/2017-Plenário; Data da sessão: 01/11/2017; Relator: AROLDO CEDRAZ (grifou-se)

Não obstante, em recente julgado, o TCU firmou a seguinte tese:

É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à *competitividade* do certame, **realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida.** O agente público tem o dever de adotar providências de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento.

Acórdão 7289/2022-Plenário; Data da sessão: 11/10/2022; Relator: VITAL DO RÊGO (grifou-se)

Assim, percebe-se que referida decisão busca a garantia da prevalência do princípio da ampla competitividade, garantindo isonomia entre os participantes de certames licitatórios.

<sup>3</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo – 13ª Ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 415.

<sup>4</sup> Ibid., p. 430.

Desta forma, quando da impugnação do Edital as cláusulas impugnadas devem ser revistas de forma criteriosa pelo responsável pela licitação, para sanar eventuais ilegalidades.

Nesses termos, importante frisar que a Súmula 222 do TCU determina que **"as Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."**

É dizer, as decisões acima colacionadas devem ser observadas por esta municipalidade.

#### 4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se seja a presente impugnação RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE, vez que a referida mudança se baseia na ampliação do caráter competitivo da referida licitação, para que, ao final, visando o atendimento ao princípio da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e isonomia, seja promovida a alteração do Anexo 1 do Edital em epígrafe, para:

- a) Alterar o descritivo do **Item 01 – Pá Carregadeira**, ampliando a competição, passando a admitir a participação de licitantes que possuam máquinas com as seguintes características:
  - (i) Força mínima de desagregação para 9.630kg
  - (ii) Carga operacional mínima 4.326kg (reta), articulada 3.750kg
- b) Subsidiariamente, na remota hipótese de a presente impugnação não ser provida, requer-se a apresentação de justificativa devidamente fundamentada para o não provimento do pedido, nos termos do acórdão nº 1973/2020 do Plenário do TCU.

Por fim, a PESA requer a suspensão da sessão pública de abertura das propostas até que esta impugnação seja devidamente julgada, nos termos do julgado pelo TCU no acórdão nº 551/2008- Plenário.



Termos em que, pede-se deferimento.

Curitiba/PR, data da assinatura digital.

ADRIANA YUKIE  
INOUE  
BIZZOTTO:04178575945  
75945

Assinado de forma digital  
por ADRIANA YUKIE INOUE  
BIZZOTTO:04178575945  
Dados: 2026.02.18 17:57:21  
-03'00'

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**

76.527.951/0001-85

**ADRIANA YUKIE INOUE BIZZOTTO**

53287-OAB/PR

Gerente Jurídica



**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

**DATA, LOCAL E HORA:** Em 01 de dezembro de 2022, às 10 horas, na Rodovia BR 116, 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100.

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei n. 6.404/76, tendo em vista o comparecimento da acionista única da Companhia.

**PRESENCAS:** Presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presenças de Acionistas.

**MESA:** Presidente: Francisco Coraiola Bório; Secretário: Maurílio Muller.

**ORDEM DO DIA:** 1) Inclusão de atividade de comércio atacadista e de apoio administrativo no objeto social da Companhia; 2) atualização, perante a base da Receita Federal, das atividades econômicas da filial de Londrina; 3) atualização da metragem da área da matriz da Companhia perante a Junta Comercial, e 4) consolidação de seu Estatuto Social.

**DELIBERAÇÕES:**

1) O Presidente informou aos presentes a intenção de incluir no objeto social da Companhia as atividades de: (i) comércio atacadista de máquinas, equipamentos, partes e peças para terraplenagem, mineração e construção (CNAE 4662-1/00); e (ii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (CNAE 8219-9/99).

Posta a matéria em deliberação, restou devidamente aprovada a alteração no objeto social, bem como a nova redação do Artigo 3º do Estatuto Social, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

***Art. 3º - A Sociedade tem por objeto:** a) o comércio, inclusive importação e exportação e a locação de máquinas, equipamentos, veículos automotores, motores estacionários e veiculares, e implementos para a indústria, construção, mineração, agricultura, florestamento e para movimentação de carga e serviços de manutenção, suas partes, peças e acessórios; b) a montagem, prestação de serviços tecno-mecânicos de consertos e reparos dos produtos mencionados na alínea anterior; c) a fabricação de partes, peças e acessórios para as citadas máquinas, equipamentos, veículos, motores e implementos; d) a aquisição, licenciamento e exploração de marcas, patentes e direitos congêneres que se relacionem com a sua atividade social; e) constituir e participar de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objetivos destas, e, a prestação de serviços de caráter técnico e administrativo às mesmas; f) cessão de mão de obra relacionada a qualquer das atividades previstas neste artigo; g) aluguel e arrendamento de imóveis próprios; h) produção agrícola, florestal e pecuária; i) representação comercial; j) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura, pecuária, de tratores agrícolas, ferramentas, máquinas e equipamentos*

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

*de terraplenagem, pavimentação e construção; k) comércio atacadista de máquinas, equipamentos, partes e peças para terraplenagem, mineração e construção; l) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; e m) todas as atividades e operações correlatas, acessórias ou conexas aos objetivos acima mencionados.*

2) O Presidente informou aos presentes que, apesar da Assembleia Geral Extraordinária ter sido registrada sob o n. 20224436635 em 06/07/2022, não houve a atualização das atividades econômicas da filial de Londrina perante a base da Receita Federal, inscrita sob o CNPJ n. 76.527.951/0003-47 e **NIRE 41900234788**. Assim, a acionista informa sobre o ato deliberado anteriormente em Assembleia Geral Extraordinária, para fins de atualização do cadastro da filial em questão.

3) Ato contínuo, o Presidente informou que a metragem da área, sede da matriz da Companhia, deverá ser alterada no sistema da Junta Comercial do Paraná, através da indicação do evento de alteração de endereço no mesmo município (211), de 73.000 m<sup>2</sup> (setenta e três mil metros quadrados) para constar a metragem correta de 13.600 m<sup>2</sup> (treze mil e seiscentos metros quadrados), conforme indicado na consulta comercial da Secretaria Municipal do Urbanismo da Prefeitura de Curitiba. Assim, a acionista decide aprovar a correção da metragem da área da matriz da Companhia. Desta maneira, esclarece que não há alteração de endereço da sede, porém, faz-se necessário indicar o evento 211 para que seja possível realizar essa alteração de metragem da área.

4) Por fim, a acionista decide consolidar o Estatuto Social, considerando as deliberações acima. Assim, o Estatuto Social consolidado acompanha esta ata como Anexo I.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os presentes. Certifica-se que a presente Ata é cópia fiel daquela lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, assinada pela acionista única.

**FRANCISCO CORAIOLA BORIO**Presidente da Reunião**MAURILIO MULLER**Secretário

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

**Anexo I****Estatuto Social****CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Art. 1º** - A sociedade por ações, PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., constituída em 31.12.1953, por transformação da Sociedade Meridional de Materiais e Equipamentos Ltda., rege-se por este Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Art. 2º** - A Sociedade tem a sua sede e foro jurídico na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, podendo mediante deliberação do Conselho de Administração abrir ou extinguir filiais, escritórios, depósitos ou armazéns em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, atribuindo uma parcela de capital a cada uma, podendo aumentar ou diminuir a mesma, à melhor conveniência.

**Art. 3º** - A Sociedade tem por objeto: a) o comércio, inclusive importação e exportação e a locação de máquinas, equipamentos, veículos automotores, motores estacionários e veiculares, e implementos para a indústria, construção, mineração, agricultura, florestamento e para movimentação de carga e serviços de manutenção, suas partes, peças e acessórios; b) a montagem, prestação de serviços tecno-mecânicos de consertos e reparos dos produtos mencionados na alínea anterior; c) a fabricação de partes, peças e acessórios para as citadas máquinas, equipamentos, veículos, motores e implementos; d) a aquisição, licenciamento e exploração de marcas, patentes e direitos congêneres que se relacionem com a sua atividade social; e) constituir e participar de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objetivos destas, e, a prestação de serviços de caráter técnico e administrativo às mesmas; f) cessão de mão de obra relacionada a qualquer das atividades previstas neste artigo; g) aluguel e arrendamento de imóveis próprios; h) produção agrícola, florestal e pecuária; i) representação comercial; j) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura, pecuária, de tratores agrícolas, ferramentas, máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção; k) comércio atacadista de máquinas, equipamentos, partes e peças para terraplenagem, mineração e construção; l) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; e m) todas as atividades e operações correlatas, acessórias ou conexas aos objetivos acima mencionados.

**Art. 4º** - A duração da Sociedade é por prazo indeterminado.

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

**CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Art. 5º** - O capital social é de R\$ 164.803.029,67 (cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e três mil e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos) dividido em 101.559 (cento e uma mil, quinhentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Art. 6º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Art. 7º** - Os dividendos previstos pelo Art. 21º, §2º, “c”, e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária serão pagos na forma da lei, salvo deliberação em contrário dos acionistas, a partir de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral que os declarar.

**Art. 8º** - Os dividendos não reclamados, prescreverão em favor da Sociedade, após o decurso de 03 (três) anos, contado da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

**CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO SOCIAL**

**Art. 9º** - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

**SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10** - O Conselho de Administração será composto de 04 (quatro) membros acionistas, normalmente eleitos pela Assembleia Geral Ordinária realizada no ano da extinção dos seus mandatos, pelo prazo de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

**§1º** - Os membros efetivos do Conselho de Administração serão investidos nos seus respectivos grupos independentemente de prestação de caução ou de qualquer outra garantia, mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração, ocasião em que elegerão entre si o Presidente do Conselho.

**§2º** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, ou ainda, na vacância desse cargo, os demais designarão como seu substituto, o conselheiro de mais idade entre eles.

**§3º** - Ocorrendo a vacância de um cargo de Conselheiro em virtude de renúncia ou morte, os Conselheiros remanescentes designarão dentre os acionistas residentes no País, o substituto que exercerá as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, a qual elegerá o substituto definitivo. No caso de vacância da maioria ou de todos os cargos do Conselho de

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

Administração, será convocada na forma da lei, Assembleia Geral para a eleição e preenchimento dos cargos vagos.

**Art. 11** - Ao Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, além das atribuições expressas em lei e neste Estatuto, compete:

I - eleger, reeleger, destituir a qualquer tempo, aceitar a renúncia e substituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições complementares às previstas neste Estatuto e na lei;

II - deliberar previamente e conceder autorização expressa aos membros da Diretoria, para a prática dos seguintes atos: a) constituição e dissolução de sociedades, qualquer que seja a forma e os objetivos destas, assim como, participação em outras sociedades pela aquisição de ações ou quotas de capital, venda ou cessão dessas ações ou quotas, desde que a subscrição de capital da constituição ou o valor de aquisição das ações ou quotas, ou ainda o valor da venda ou cessão seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dispensada dessa autorização, à participação societária decorrente da utilização de incentivos fiscais da companhia; b) abertura, modificação ou extinção de filiais, escritórios, depósitos ou armazéns; e

III - submeter à Assembleia Geral propostas sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, reforma no Estatuto, aumento de capital social mediante a utilização de correção monetária, incorporação de reservas e lucros, ou subscrição em dinheiro ou bens.

**Parágrafo Único** - Compete ao Presidente do Conselho de Administração ou ao seu substituto, convocar as Assembleias Gerais da Sociedade e designar o conselheiro que instalará e presidirá as citadas Assembleias.

**Art. 12** - As Reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente, pela maioria dos seus membros ou pela Diretoria sempre que necessário, mediante convite por escrito com antecedência de 05 (cinco) dias, e serão instaladas com a presença de pelo menos 02 (dois) conselheiros, presididas pelo seu presidente ou na sua ausência pelo seu substituto, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos cabendo ao Presidente ou ao seu substituto o voto de qualidade em caso de empate.

**SEÇÃO II – DA DIRETORIA**

**Art. 13** - A Diretoria será composta de até 05 (cinco) membros, com as denominações de Diretor Gerente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Jurídico, Diretor Comercial e Diretor de Operações, eleitos pelo Conselho de Administração, entre acionistas ou não, pelo período de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

§1º - Os membros eleitos para os cargos da Diretoria serão investidos nos seus respectivos cargos, independentemente da prestação de caução ou de qualquer outra garantia, mediante a assinatura do termo de posse do Livro de Atas de Reunião da Diretoria.

§2º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, as suas funções serão exercidas provisoriamente por quem for indicado pelo Conselho de Administração, admitindo-se o acúmulo de funções do ausente ou impedido temporariamente, entre os 02 (dois) Diretores remanescentes.

§3º - Ocorrendo vacância do cargo de Diretor em virtude de renúncia ou morte, o Conselho de Administração realizará dentro dos 10 (dez) dias subsequentes ao evento, reunião para a escolha do seu substituto que exercerá as funções e completará o mandato do seu antecessor.

**Art. 14** - A Diretoria, dentro dos limites estabelecidos em lei e neste Estatuto, ficará investida dos mais amplos poderes de gestão necessários à administração e funcionamento normal da Sociedade, cabendo aos 05 (cinco) Diretores individual ou coletivamente, a representação ativa e passiva mediante a prática de todos os atos que criem, modifique ou extingam direitos ou obrigações para a Companhia.

§1º - Para a prática dos atos abaixo relacionados é necessária a assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores: a) Aquisição, alienação e oneração mediante constituição de ônus reais ou outras garantias de bens imóveis e outros bens do ativo permanente que não sejam imóveis, em valor de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); b) Prestação de garantias, fidejussórias ou reais, em obrigações de terceiros decorrentes do financiamento de vendas da Companhia ou ainda, quando de interesse geral da Sociedade, assim como, em obrigações de Sociedades coligadas ou controladas;

§2º - A prática dos seguintes atos depende de prévia autorização do Conselho de Administração, sempre requerendo a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores: a) Aquisição, alienação e oneração mediante constituição de ônus reais ou outras garantias de bens imóveis e outros bens do ativo permanente que não sejam imóveis, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); b) constituição e dissolução de sociedades, qualquer que seja a forma e objetivos destas, assim como, participação em outras sociedades pela aquisição de ações ou quotas de capital, venda ou cessão dessas ações ou quotas, desde que a subscrição do capital de constituição ou o valor da aquisição das ações ou quotas, ou ainda, o valor da venda ou cessão seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); c) abertura, modificação e extinção de filiais, escritórios, depósitos e armazéns.

**Art. 15** - Além das atribuições em comum com os demais Diretores, compete especialmente:

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

I - Ao Diretor Gerente: a) Superintender as operações mercadológicas e a assistência técnica dos clientes; b) Superintender a organização administrativa e a coordenação dos serviços gerais da sociedade;

II – Ao Diretor Jurídico: a) Superintender o acompanhamento de todos os processos e procedimentos de interesse da Sociedade; b) Superintender a definição das políticas e objetivos, e assegurar a obtenção dos resultados estabelecidos nos planos da área jurídica e demais áreas correlatas; c) Superintender a elaboração e implementação dos planos estratégicos;

III - Ao Diretor Administrativo-Financeiro: a) Superintender a administração e controle dos valores da Sociedade; b) Superintender as atividades financeiras da Sociedade e suas relações com estabelecimentos de crédito com terceiros; c) Superintender a relação da Sociedade com seus acionistas;

IV – Ao Diretor de Operações: a) Garantir que as operações comerciais sejam eficientes e produtivas e que a gestão adequada dos recursos, distribuição e serviço aos clientes e análise sejam conduzidas; e

V) - Ao Diretor Comercial a) Coordenar as operações mercadológicas e a assistência técnica aos clientes, fazendo executar as respectivas diretrizes.

**Parágrafo Único** - Nos limites de suas atribuições e poderes os diretores poderão constituir mandatários da Companhia mediante assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sempre para a prática de atos específicos e por prazo determinado, salvo quando se tratar de poderes “ad judícia” ou para a defesa dos interesses da Sociedade em processos administrativos, hipótese em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado.

**SEÇÃO II – DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**Art. 16** - A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, constitui-se de:

I – uma parte fixa, pagável mensalmente, cujo montante individual ou global será fixado pela Assembleia Geral. Se fixada globalmente, competirá ao Conselho de Administração estabelecer o montante individual para cada um dos conselheiros e diretores;

II - uma parte variável, correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido apurado anualmente na forma da lei e do Art. 21, § 1º, “b” deste Estatuto, a ser partilhada entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, na forma em que deliberar o Conselho de Administração, desde que no exercício social correspondente, tenha sido distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório estipulado pelo Art. 21, § 2º, “c”.



**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

**Parágrafo Único** - O membro do Conselho de Administração que igualmente for eleito para a composição da Diretoria, somente receberá a remuneração prevista neste artigo, correspondente ao cargo de Diretor.

**CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 17** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com as atribuições e poderes conferidos pela lei, composto de 03 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País e com os requisitos estabelecidos pela Lei, eleitos normalmente pela Assembleia Geral ordinária pelo período de 01 (um) ano podendo ser reeleitos.

§1º - Os Conselheiros Fiscais exercerão os seus cargos até a posse dos seus sucessores eleitos em Assembleia Geral, ou declaração de não instalação por estes.

§2º - A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal será fixada em Assembleia Geral que os eleger, nunca inferior à 0.1 (um décimo) da que em média for atribuída a cada Diretor, não computada a participação nos lucros.

**CAPÍTULO V – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Art. 18** - As Assembleias Gerais realizar-se-ão ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, preferencialmente na sede da Sociedade, em data e hora previamente anunciada na forma da lei e, extraordinariamente quando convocadas para esse fim.

**Parágrafo Único** – As Assembleias serão convocadas na forma da lei e neste Estatuto, e instalada conforme previsto no Parágrafo único do Art. 11º.

**CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS**

**Art. 19** - O exercício social coincidirá com o ano civil.

**Art. 20** - No encerramento do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras estabelecidas em lei, com observância das prescrições legais técnicas pertinentes.

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ: 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

---

**Art. 21** - Do resultado do exercício, serão deduzidos antes de qualquer participação ou distribuição, os prejuízos acumulados quando existentes, e, a provisão para o imposto sobre a renda.

§1º - Dos lucros remanescentes será deduzido: a) A percentagem de participação dos empregados no montante proposto pelo Conselho de Administração, até 10% (dez por cento) dos lucros; b) A participação global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, até 0.1 (um décimo) dos lucros após a dedução da percentagem de empregados, limitada a total da remuneração global anual prevista no inciso I, do Art. 16º prevalecendo o limite que for menor.

§2º - O lucro líquido apurado após efetuadas as deduções estipuladas no parágrafo anterior, será distribuído na seguinte forma: a) Uma parcela de 5% (cinco por cento) destinada à formação de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) Uma parcela destinada à constituição de reserva para contingências e de lucros a realizar no montante proposto pelo Conselho de Administração, sempre que as circunstâncias o recomendarem; c) Uma parcela de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido apurado após as distribuições acima, como dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas.

§3º - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio nos termos do art. 9º, §7º da Lei nº 9249/95 e legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputada ao valor do dividendo obrigatório e do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela companhia para todos os efeitos legais.

§4º - Ao saldo do lucro líquido será dada a destinação proposta pelo Conselho de Administração “ad referendum” da Assembleia Geral, na forma prevista na lei.

**CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 22** - A Sociedade dissolver-se-á nos casos previstos em lei, na forma a ser deliberada pela Assembleia Geral que nomeará o Conselho Fiscal que funcionará durante o período da liquidação, ficando mantido o Conselho de Administração para nomear e destituir o liquidante, fixando-lhe a sua remuneração.

**CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 23** - A Companhia continuará estabelecida com sede na Rodovia BR-116, nº 11.807 (Km 100) – Bairro Hauer, Curitiba-PR, até deliberação em contrário dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02225899908	MAURILIO MULLER
03002979988	FRANCISCO CORAIOLA BORIO



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2022 16:15 SOB Nº 20227973283.  
PROTOCOLO: 227973283 DE 05/12/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12215588416. CNPJ DA SEDE: 76527951000185.  
NIRE: 41300052212. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/12/2022.  
PARANA EQUIPAMENTOS S.A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 02 MAIO DE 2025**

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 02 de maio de 2025, às 16 horas, na Rodovia BR 116, 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada, tendo em vista o comparecimento, presencial ou remoto, de 100% (cem por cento) dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Ainda, na qualidade de secretário da mesa, Sra. Adriana Yukie Inoue.

**MESA:** Presidente: Bernardo Coraiola Bório; Secretária: Adriana Yukie Inoue.

**ORDEM DO DIA:** Destituição do Diretor Jurídico da Companhia.

**DELIBERAÇÃO:** Tratando do único assunto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, conforme poderes do art. 11, I, do Estatuto Social da Companhia, decidem pela destituição do Diretor Jurídico, Sr. **Maurilio Muller**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado, portador do RG n. 6.772.306-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 022.258.999-08 e na OAB/PR sob o n. 31.765, residente e domiciliado na Rua Emiliano Cornelsen, 500, ap. 101, Ahú, Curitiba, Paraná, CEP 80.540-220, com efeitos a partir da presente data.

Ainda, os Conselheiros declaram, para todos os fins de direito, que o Diretor Destituído prestou regularmente suas funções até a presente data, e que, portanto, concedem a mais ampla, extensa, geral, irrestrita, irrevogável e irreversível quitação e exoneração em relação a quaisquer e todos os direitos, reivindicações, ações, reclamações, em suma, quaisquer e todas as situações legais e jurídicas, quer potenciais quer realizadas, por fatos ou atos, em razão do exercício de suas funções como Diretor Jurídico, de modo que Companhia não poderá reivindicar ou exigir qualquer pleito do Diretor Destituído a nenhum momento e sob nenhuma condição em relação ao período que esteve no cargo.

Diante da deliberação tomada acima, os membros do Conselho de Administração, ratificam e consolidam que a Diretoria da Companhia será exercida pelos 3 (três) Diretores, cujos mandatos se encerrarão em 11 de março de 2028: (i) **Bernardo Coraiola Bório**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.358.925-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 026.657.759-80, residente e domiciliado na Rua Amaury Lange Silvério, 60, Casa 02, Pilarzinho, Curitiba, Paraná, CEP 82120-000, como Diretor Gerente e Diretor de Operações da Companhia; (ii) **Marcelo Carvalho Grade**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG n. 3.314.022-3 SSP-PR, inscrito no CPF sob o n. 635.438.269-72, residente e domiciliado na Rua Parque Est Pico do Marumbi 90, Q03, D02, Londrina, Paraná, CEP 86.058-110, como Diretor Comercial da Companhia; e (iii) **Fernando Rodrigues de Mello**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG n. 658.358-51 SESPS/PR, inscrito no CPF sob o n. 022.993.359-94, residente e domiciliado na Travessa Flavio Nogueira Machado, 845, Santos Dumont, São José dos Pinhais, Paraná, CEP 83.045-180, como Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia.

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**

CNPJ 76.527.951/0001-85

NIRE 41300052212

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 02 MAIO DE 2025**

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração e assinada por mim, Adriana Yukie Inoue, Secretária da Reunião e pelo Senhor Presidente, Bernardo Coraiola Bório, certificando todos os Conselheiros presentes.

A presente é cópia fiel da via registrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Mesa:****BERNARDO CORAIOLA BORIO**Presidente**ADRIANA YUKIE INOUE**Secretária



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02665775980	BERNARDO CORAIOLA BORIO
04178575945	ADRIANA YUKIE INOUE BIZZOTTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/05/2025 16:54 SOB Nº 20252153138.  
PROTOCOLO: 252153138 DE 05/05/2025.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507305419. CNPJ DA SEDE: 76527951000185.  
NIRE: 41300052212. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/05/2025.  
PARANA EQUIPAMENTOS S.A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08911144

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 9.906/54)





ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 63287

NOME  
ADRIANA YUKIE INOUE

FILIAÇÃO  
JULIO INOUE  
MARIA OLGA DE SOUZA VIEIRA

NATURALIDADE  
CURITIBA-PR

RG  
81520020 - SSPR

DATA DE NASCIMENTO  
07/01/1983

CPF  
041.785.759-45

DOADOR DE ORGÃO E TECIDOS  
SIM

VIA EXPIRADO EM  
01 10/11/2009

ALBERTO DE PAULA MACHADO  
PRESIDENTE





União da Vitória, 23 de fevereiro de 2026

**Memorando nº 11/2026.**

**De:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Para:** Departamento de Licitações

**Assunto: Resposta quanto a impugnação ao Edital, ref. ao Pregão Eletrônico nº05/2026 – PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**

Prezados, em resposta a impugnação apresentada pela empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. (doravante denominada PESA), inscrita no CNPJ: 76.527.951/0001-85, ref. ao Pregão Eletrônico nº05/2026, enviamos tal memorando como forma de resposta.

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Paraná Equipamentos S.A. – PESA, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2026, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) Pá Carregadeira nova, sobre rodas, destinada ao atendimento das demandas do Município de União da Vitória, por meio do Programa Estradas da Integração, conforme Termo de Convênio nº 525/2025.

A impugnante sustenta que as exigências constantes no Anexo I do Edital, especialmente no que se refere à força mínima de desagregação (11.800 kgf) e à carga operacional mínima (4.200 kg), configuram restrição indevida à competitividade, por não estarem acompanhadas de justificativa técnica que demonstre sua indispensabilidade.

Requer, ao final, a adequação das especificações técnicas para:

- Força mínima de desagregação: 9.630 kg
- Carga operacional: 4.326 kg (reta) e 3.750 kg (articulada)

## **II – DA ADMISSIBILIDADE**

---



A impugnação foi apresentada dentro do prazo previsto no item 13.1 do Edital, em conformidade com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, sendo, portanto, tempestiva e admissível.

### **III – DA ANÁLISE DE MÉRITO**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as especificações técnicas devem observar os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, vedando exigências que restrinjam injustificadamente o caráter competitivo do certame.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento consolidado no sentido de que:

“Especificações com potencial de restringir o caráter competitivo da licitação devem ser adequadamente fundamentadas, com base em estudos técnicos que indiquem a sua essencialidade.”

(Acórdão 1973/2020 – Plenário)

No caso concreto, verificou-se que:

Não consta nos autos estudo técnico específico que demonstre a indispensabilidade da força mínima de desagregação fixada em 11.800 kgf;

A diferença entre os parâmetros exigidos e aqueles sugeridos pela impugnante não compromete, em tese, a finalidade operacional da máquina;

Há indicativos de que modelos amplamente utilizados no mercado deixam de atender às exigências por margem técnica reduzida, o que pode impactar a competitividade.

Importante destacar que a Administração possui discricionariedade técnica para definir o objeto da contratação, porém tal discricionariedade não é absoluta, devendo ser motivada e proporcional às necessidades efetivas do serviço público.

No presente caso, considerando:

- A ausência de justificativa técnica formal detalhada nos autos;



- A possibilidade de ampliação da competitividade sem prejuízo à eficiência do equipamento;
- O princípio da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa;

Entende-se que a revisão das especificações mostra-se medida adequada e alinhada ao interesse público.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO da impugnação, para que:

Seja promovida a alteração do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2026, adequando as especificações técnicas do Item 01 – Pá Carregadeira, passando a constar:

- Força mínima de desagregação: 9.630 kg
- Carga operacional mínima: 4.326 kg (reta) e 3.750 kg (articulada)

Seja realizada a republicação do Edital, com reabertura de prazo, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, em razão da alteração que pode impactar a formulação das propostas.

Seja suspensa a sessão pública designada até a devida adequação do instrumento convocatório.

Ficamos à disposição,

Atenciosamente,

**Nei Antonio Kukla**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto 24/2025

## Assinantes



Nei Antonio Kukla

Assinou em 23/02/2026 às 11:46:59 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Nei Antonio Kukla, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4OJ

4MM

YR9

98K